

**A – UMA HERANÇA E UM REINO****1. A estratégia providencial de Egas Moniz**

– O Conde D. Henrique veio da Borgonha, numa Cruzada. Casou com Dona Teresa, filha ilegítima de D. Afonso VI de Castela-Leão, que lhe doou o Condado Portucalense, equivalente à parte bracaraense da Galiza. O Condado lucense, do norte, foi doado a Dona Urraca, a outra filha, legítima, que casou com o Conde D. Raimundo.

O Conde D. Henrique morreu quando o filho Afonso Henriques tinha 3 anos. Então, D. Egas Moniz, seu aio, trouxe-o para as suas terras, em Lamego: Britiande, no vale do Varosa e no eixo Lamego-Tarouca, bem perto do histórico mosteiro, do séc. VII, dos monges de Balsemão.

Entretanto, Dona Teresa, jovem viúva, com 32 anos, amancebrou-se com o conde galego Fernão Peres de Trava, de quem teve uma filha.

Foi ganhando consistência a ideia de unir novamente as duas Galizas, o que comprometeria por completo o futuro de Afonso Henriques, segundo Conde de Portucale, com 3 anos de idade.

Mas Egas Moniz velava pela herança do seu ‘princepezinho’ Afonso. Este, logo após atingir os 18 anos, reivindicava a sua herança, tendo de o fazer pela força em São Mamede.

Toda a estratégia e montagem desta reivindicação foi tecida no Douro, por Egas Moniz. Muitos homens do Douro terão estado com D. Afonso Henriques e seu Aio na batalha de Guimarães (S. Mamede) a reivindicar a herança.

Mas, após a vitória, era preciso manter o poder, contra os partidários de Dona Teresa (1080-1130), ajudados dos partidários de Peres de Trava, que tinha apoios dos Galegos do norte, desejosos de voltar a reunir a Galiza numa só potência.

Para poder manter esta nova estrutura política era preciso dinheiro e homens, isto é: só criando de



Egas Moniz
BRITIANDÉ-LAMEGO-TAROUCA-ALVARES



Casa de D. Egas Moniz
Alvares (exterior)



Casa de D. Egas Moniz Alvares (int)



raiz uma forte e independente economia de sustentação, aliada a uma estrutura-base militar decidida, poderá ser reivindicada e mantida a herança do Condado em perigo.

O sucesso, enorme e imediato – desde S. Mamede às importantes conquistas seguintes, que originaram significativo alargamento do território – permitiu realizar o que antes fora timidamente o sonho de um novo Reino.

Aqui entra novamente a Borgonha, através do primo do Conde D. Henrique (1066-1112), Bernardo de Bonaval, que acaba de fazer a reestruturação da Ordem de Cister e envia os seus monges para o Vale do Varosa em Tarouca, terra de Egas Moniz e sempre sob os seus auspícios estratégicos.

Com os monges de Cister e o seu lema '*ora et labora*', o vale do Varosa recebe não só igrejas e conventos, mas uma valiosíssima dinâmica cultural e uma vastíssima implantação de projectos económicos e sociais, com uma base agro-pecuária para auto-abastecimento e, logo depois, para rendimento, vastíssimos vinhedos, plantados com as melhores castas, as da Borgonha, onde, já nessa altura, como ainda hoje, se produzem os melhores vinhos do Mundo.

O vale do Varosa tornou-se 'terra de leite e mel', com quatro conventos aí instalados. Formam-se grandes propriedades monacais. O povoamento desenvolveu-se em proporção com as ofertas de emprego e necessidade de mão-de-obra.

Foi com Egas Moniz e a fixação de Cister nas suas terras do Douro que se tornou possível a reivindicação da herança de D. Afonso Henriques, fortemente apoiada na implantação das necessárias bases económicas, culturais e sociais, como alicerces de um novo País.

E D. Afonso Henriques pode, ainda, alargar os seu domínios até onde a vida, o sonho, a ambição e a fé lhe permitem. Pelo meio das batalhas, instala no centro do



Egas Moniz perante o Rei de Leão
(Estação de S. Bento PORTO)



Reino, também para os monges de Cister, o Mosteiro de Alcobaça, que se tornará historicamente o mais importante farol cultural nacional.

Ainda hoje o Douro está na primeira linha do desenvolvimento regional e nacional. A enorme riqueza, aí gerada para financiamento dos primeiros tempos do Reinado, continua ainda hoje a equilibrar a balança de pagamentos nacional.

E enche-nos de orgulho, a nós, durienses, ver que continuam bem vivas as tradições do espumante no vale do Varosa – sobretudo quando ainda encontramos, em actuais logotipos, as mesmas flores de lis do Conde D. Henrique e seus primos Bernardo de Bonaval, dos duques da Borgonha e da Monarquia francesa – que com elas cobriu o ‘céu’ da Sainte Chapelle de S. Luís (séc. XIII)!

Se os Mosteiros medievais de Tarouca estão reduzidos a escombros, na Obra feita para a eternidade da História, existem ainda vivos, bem perto, em Lamego, os testemunhos de um passado de fé e nobreza, materializadas no esplendor da construção do Santuário dos Remédios, que ombreia e suplanta o do Bom Jesus de Braga, outra cidade bem beneficiada pelos favores divinos e humanos.

2. Não há Vinhas sem Cantigas

Em proporção com a extensa azáfama nos campos e vinhedos, é grande e cíclico o movimento de trabalhos e rezas – cavas, sementeiras, mondas, colheitas, festas, missas, novenas, via-sacras, acções de graças, procissões... – tão propícios ao canto e, também, ao convívio gerador de calor humano, com músicas, danças e vinho.

Os cânticos das Horas (*Matinas, Prima, Laudes, Tércia, Sexta, Noa, Vésperas e Completas*) ecoaram nos campos, pelas várzeas e vessadas de todo o Vale do Varosa, a área do domínio familiar de Egas Moniz, quase a todas as três horas do dia e da noite:

Matinas - de madrugada; *Laudes* - ao amanhecer (Ressurreição de Cristo, que está associada à manhã); *Prima* - 7:00h; *Tércia* - 9:00h; *Sexta* - meio-dia; *Nona* - 15:00h; *Vésperas* - ao pôr-do-sol (Última Ceia e Morte de Cristo); *Completas* - antes de dormir.

Os elementos mais importantes da Liturgia das Horas são os cantos dos *salmos*, retirados da Bíblia, a que se juntam outras composições, também bíblicas, chamadas *cânticos*: o *Benedictus*, o *Magnificat* e o



—
Livro de Horas,
iluminado com cenas da Vindima



Nunc dimittis.

As *antífonas* são pequenas frases para antes e depois de cada salmo ou cântico. Normalmente destacam uma frase ou expressão do respectivo salmo ou cântico. Os *hinos* são composições poéticas não bíblicas de tema cristão.

Cada hora litúrgica inclui uma leitura bíblica, que normalmente é longa no Ofício de Leitura e breve nas restantes horas. *Versículos* e *responsórios* são súplicas e graças a Deus por diversas necessidades, semelhantes à oração dos fiéis da Missa, utilizadas em Laudes e Vésperas. Orações são fórmulas semelhante às orações presidenciais utilizadas na Missa, e que servem para concluir cada hora.

Havia o *Saltério* (salmos), o *Antifonário* (antífonas), o *Hinário* (hinos), o *Leccionário* (leituras); contudo, foram-se reunindo os materiais e, pelo século XI, surgiu um só livro: o *Breviário*.

Note-se a quantidade e variedade musical do canto litúrgico das Horas.

Naquela colmeia humana a formigar pelo vale sagrado, os trabalhadores aprendiam facilmente as meloeiras e alternâncias dos antifonários e adaptavam cantos e músicas às suas danças e vivências, mais existenciais.

Como um eco secular das músicas religiosas e canónicas, nos campos havia, ainda, as cantigas populares trazidas dos campos galegos e do adro de Santiago – ver *No adro de Santiago* (1,328) – para os saibramentos, as cavas ou as vindimas; também das vinhas francesas permaneceram algumas melodias nas grandes propriedades monásticas de Mosteirô, Barrô, Paçô... ver nota de *Eu fui ao jardim celeste* (1,205).

Era importante, nessa altura como um pouco ainda hoje, a importação de mão-de-obra, sobretudo para os saibramentos e vindimas; e se os franceses não se fixaram de modo muito marcante, os Galegos do nordeste peninsular, por afinidade de sangue, partilharam connosco, em galego-português, no Douro e em Santiago, o seu belíssimo e único folclore tradicional das cantigas populares de amigo, que a nossa Literatura estuda e de que o povo duriense conservou importantes traços em muitas das cantigas, que nos foi dado recolher e guardar nesta obra, para a posteridade, como herança e Património Imaterial nosso.



B – O CONDADO PORTUCALENSE

O território que será um Condado e, depois, um Reino (Portugal, sonhado no Vale do Varosa), integrava a zona dos suevos na ‘manta de retalhos’ existente em toda a Península Ibérica, com capital em *Bracara Augusta*.

Na sua máxima extensão, o reino dos suevos englobava a totalidade da província da Galécia e a parte norte da Lusitânia, até ao Tejo.

O território mais a sul foi ocupado pelos visigodos.

Os suevos instalaram-se principalmente em torno de cidades como *Bracara Augusta* (Braga), *Portus Cale* (Porto), *Lucus Augusta* (Lugo) e *Asturica* (Astorga).

A população urbana da Galécia era já predominantemente católica.

A cidade de Braga como capital do reino suevo e sede episcopal ganhou grande importância, a qual ainda hoje é visível no carácter metropolitano da sua Sé, primaz entre as dioceses do Noroeste peninsular.

A Galiza derivava da província romana Gallaecia e incluía a Galiza actual e o norte de Portugal, ainda no tempo dos suevos, cujos habitantes se chamam galegos.

Os visigodos efectuaram a divisão dos dois Condados: **Gallicia e Portugallia**.

Pelo século X o condado de Portugal (norte do Douro) era governado por Mumadona Dias, seu marido Hermenegildo Gonçalves e os seus descendentes, um dos quais era tutor e sogro do rei leonês Afonso V.

Mas quando a sua dinastia foi destronada pela casa Navarra-Castelhana de Sancho III o Grande, o condado ocidental perdeu a sua autonomia.

O filho de Sancho III, Fernando I de Castela, reconquistou Coimbra em 1064 mas entregou o seu governo a um moçárabe.



Quando os Almorávidas africanos anexaram a Espanha muçulmana, Afonso VI (1065-1109) de Leão e Castela tomaram providências para a defesa do Oeste, solicitando a ajuda de Henrique, irmão do Duque de Eudes (Odo) de Borgonha, casando-o com a sua filha ilegítima Teresa (1093), fazendo-o Conde de Portugal (1096) e pai de Afonso Henriques, que transformará o Condado em Reino.

O Condado Portucalense é constituído cinco anos depois do da Galiza (1091) entre D Raimundo e D. Urraca.

A união Leão-Castela ocorrerá em 1037.



Conde D. Henrique



Escudo de Portugal



D. Afonso VI
Leão e Castela



Brasão de
Leão e Castela



Brasão de Leão



Brasão de Castela



Palácio dos Duques de Borgonha, onde nasceu o Conde D. Henrique



A flor de lis real, de Borgonha, nos tectos da Sainte Chapelle (Paris)

O Pai de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, é o quarto filho de Henrique de Borgonha, bisneto de Roberto I de França, sobrinho da rainha Constança de Leão, sobrinho-neto de Santo Hugo, abade de Cluny e irmão dos duques Hugo e Eudes.

Escolhe a carreira militar, que segue, na Península Ibérica, ao serviço de Afonso VI de Leão.

A sua vida e carreira política são condicionadas por três factores dominantes: o feudalismo, o espírito de cruzada e a reforma gregoriana.

D. Henrique procura as simpatias da nobreza, concedendo importantes imunidades às famílias mais poderosas, escolhendo-as como componentes da sua corte em Guimarães; controla os núcleos urbanos e mercantis; fortalece e desenvolve as comunidades rurais, servindo-se da cavalaria vilã e do povoamento dessas zonas para deter o avanço dos islâmicos; desenvolve uma política eclesiástica que contribui para a criação de uma verdadeira comunidade, irmanada nos mesmos interesses; consegue mesmo reforçar o poder do bispo de Braga em prejuízo do de Santiago de Compostela, obtendo o estatuto de sé metropolitana para a igreja bracarense, acompanhando



mesmo, entre 1101 e 1103, o arcebispo S. Geraldo a Roma para defender os interesses de Braga.

Casou pelos trinta anos com D. Teresa de Leão (1093), filha ilegítima de D. Afonso VI e de Ximena Nunes. Antes do seu casamento ter-se-á distinguido, na fronteira sul da Península, no combate aos mouros (almorávidas) em ajuda do futuro sogro.

Em 18 de Dezembro de 1095 era já senhor de Coimbra, no ano seguinte, em 24 de Abril, era também senhor de Braga. Procurou, no início do seu governo, organizar o território firmando nele a sua autoridade, através da atribuição de forais (Guimarães e Constantim de Panoias).

A 9 de Dezembro de 1097, em Compostela, intitula-se "comes Portucalensis". Em termos jurídicos, a situação de D. Henrique seria a seguinte: de 1095 a 1097 D. Henrique e sua mulher teriam a tenência (governo) dos territórios do Porto, Coimbra e Santarém; a partir de 1097, participava já da soberania sobre o território que recebera de herança. No entanto, só após a morte de Afonso VI é que D. Henrique ousa agir como potência independente.

Nas disputas pela sucessão de D. Afonso VI tira vantagem das lutas entre os vários partidos, ora aliando-se a uns ora a outros, tirando sempre vantagens territoriais e materiais, procurando sempre, com a sua política, a autonomia do seu condado, e acabando por se intitular «Henricus Dei gratia comes et totjus Portucalensis dominus»; ou seja, intitulou-se conde e senhor de todo o Portugal.

Os últimos anos da sua vida são passados a combater os Mouros (nomeadamente em Sintra) e a intervir na sucessão do seu sogro. Pouco depois de fazer a paz com D. Urraca em Astorga (que, entretanto, faz aclamar o seu filho, juntamente com ela, como rei Afonso VII, herdeiro do avô), adoece e acaba por morrer.

O seu corpo foi trasladado para Braga e sepultado numa capela da sé; mas em 1512 o arcebispo, D. Diogo de Sousa, transportou-o para a capela-mor, onde se tem conservado.

Nunca pode conseguir tornar o seu Condado um reino independente. Exaltado por uma ardente fé religiosa, ausentou-se algumas vezes das suas terras, em viagens e peregrinações a Santiago de Compostela e à Terra Santa (Palestina).

Ao morrer, em 1114, em Astorga deixa uma missão testamentária ao filho:

– “Filho, toma esforço no meu coração. Toda a terra que eu deixo, que é de Astorga até Leão e até Coimbra, não percas dela coisa nenhuma, que eu tomei com muito trabalho. Filho, toma esforço no meu coração!”

(Documento do século XIII).

Como o príncipe D. Afonso Henriques tinha apenas três anos quando morreu o seu pai, assumiu o governo do Condado a mãe, D. Teresa, com 32 anos, em alguns documentos denominada «*portucalensis regina*».

Com 13 anos (1122), Afonso Henriques sagra-se a si próprio cavaleiro em Toledo e aos 19 anos (1128) trava a batalha de S. Mamede contra a mãe e o seu amante, o conde Perez de Trava, que procuravam a união política com a Galiza, comprometendo a herança do jovem Afonso. Os homens que Egas Moniz e o jovem Afonso recrutaram para S. Mamede, são das Terras de Egas Moniz.

Vencida a tendência pró-Galiza, foi providencial a vinda dos frades de Cister: as imensas e férteis vinhas do vale do Varosa garantiram economicamente os esforços do povoamento e da inevitável guerra, no período de implantação do Reino.

D. Afonso Henriques pôde, assim, afirmar-se monarquicamente e fundar o mosteiro de Santa Cruz (1131), o castelo de Leiria (1135). Em 1139, depois da batalha de Ourique, reafirmou-se independente de Leão e proclamou-se Rei de Portugal. Em 1140 fundou a Sé Velha de Coimbra, o convento de Santa Cruz de Coimbra, onde jaz sepultado, Santa Maria de Alcobaca, S. João Baptista de Tarouca e S. Vicente de Fora em Lisboa.

O reconhecimento ibérico só ocorreu em 1143, com a assinatura do tratado de



Zamora. Casou em 1146 com D. Mafalda, filha de Amadeu II, conde de Mariana e Sabóia. Em 1179 o Papa Alexandre III reconheceu-o como Rei e Portugal como um Estado independente, após influência de D. João Peculiar e São Bernardo de Claraval (Borgonha) conterrâneo e parente de seu pai.

Morre, depois de conquistar Santarém e Lisboa (1147) e Beja e Évora (1159).

Em resumo, vários factores favoráveis possibilitam a transformação do Condado Portucalense em Reino de Portugal:

- **Génio de Egas Moniz na garantia da herança do ‘seu Príncipezinho’;**
- **Origem comum borgonhesa;**
- **Parentescos;**
- **Encontro nas Cruzadas;**
- **Influência de S. Bernardo;**
- **Doações e fundações cistercienses de Tarouca;**
- **Fundação de Alcobaça...**

A Dinastia de Borgonha foi a primeira dinastia do Reino de Portugal: começou em 1096, ainda como mero condado e terminou em 1383-1385.

D. Sancho I sucedeu a D. Afonso I, seu pai. Continuou o processo de Reconquista da Península Ibérica aos Mouros.

Depois de D. Sancho I, D. Afonso II e D. Sancho II, que continuaram a missão do alargamento e povoamento do território nacional, em 1248 subiu ao trono D. Afonso III, que eliminou a presença muçulmana em Portugal. Adoptou o título de Rei de Portugal e dos Algarves.

O Tratado de Alcanizes (1297) as fronteiras do território, no reinando D. Dinis, que, sem a ameaça moura, pôde começar um projecto de valorização da terra, pelo que foi cognominado Lavrador.

Em 1325 sucedeu-lhe D. Afonso IV, e, depois, D. Pedro I, o Justiciero.

O filho primogénito de D. Pedro I, D. Fernando, subiu ao trono em 1367.

O casamento de sua filha D. Beatriz, em 1383, com João I de Castela, constituiu Castela como herdeira do Reino, no caso de não haver descendência.

Isso aconteceu em 1383, com a morte de D. Fernando.

Após a eleição de D. João I como rei nas Cortes de Coimbra de 1385, considera-se iniciada uma nova dinastia, pela quebra na sucessão legítima, ainda que o novo soberano descendesse directamente do rei D. Pedro I.

A segunda Dinastia irá substituir a influência francesa, de Borgonha (iniciada pelo Conde D. Henrique e reiterada com D. Afonso III, o Bolonhês) pela de outro país estrangeiro: a Inglaterra.

Paralelamente ao poder político-militar, é também da Borgonha que vem a reorganização da Ordem de Cister, de S. Bernardo, que depois se instala no coração do Alto Douro, no eixo Lamego-Tarouca: o vale do rio Varosa, afluente do Douro (Régua).

Eram terras de D. Egas Moniz, que nascera em Britiande (Lamego).

É lógico pensar que o Conde D. Henrique tenha encarregado o aio de proteger a herança do ‘seu Príncipe’, organizando a implantação de rendosas propriedades vitivinícolas no vale do Varosa (Douro). Para tanto, Egas Moniz deveria pedir os bons ofícios do poderoso primo Bernardo de Bonaval e da sua Ordem de Cister, recentemente



reformulada (1115).

Tarouca e o pitoresco vale do Varosa acolhem o primeiro convento cisterciense português (S. João) e logo mais três (Salzedas, Ucanha, S Pedro das Águias, St Maria de Aguiar...).

Depois D. Afonso Henriques fundou Alcobaça. Houve 32 mosteiros cistercienses.

Rápida e metodicamente se consolidava assim a promoção espiritual e material da região duriense... e os durienses, e Portugal, bem podem estar gratos ao Destino.

Curiosamente, os espaços escolhidos para instalação das ordens religiosas tinham uma preferência personalizada: São Bernardo escolhia os vales; S. Bento os montes; S. Francisco as aldeias e S. Inácio as cidades.

Em 1128, Bernardo participa do concílio de Troyes, convocado pelo papa Honório II e presidido por Matthieu d'Albano, legado do papa. Bernardo é nomeado secretário do concílio, que é fortemente influenciado por sua actuação; aí Bernardo consegue o reconhecimento para a Ordem do Templo, os Templários, cujos estatutos são escritos por ele mesmo. O seu prestígio e poder junto do Papa são enormes.

S. Bernardo enviou os seus monges para o Douro numa hora providencial, sobretudo se se atender à sincronia dos seguintes factos, a nível português, ibérico e europeu:

- 1037 - União de Castela e Leão;
- 1057 - Lamego conquistada definitivamente aos Mouros;
- 1064 - O Reino estende-se até ao Mondego;
- 1071 - Restauração da Diocese de Lamego;
- 1075 - Início da construção da Catedral de Santiago;
- 1090 - Nascimento de São Bernardo;
- 1091 - Conde D. Raimundo e D. Urraca governam a Galiza;
- 1096 - O Conde D. Henrique inicia o governo do Condado;
- 1096 - Foral de D. Henrique a Constantim de Panóias;
- 1098 - Fundação da Ordem de Cister (Roberto de Molesmes);
- 1109 - Nascimento de D. Afonso Henriques;
- 1115 - Reforma de Claraval, por São Bernardo;
- 1128 - Egas Moniz nomeado tenente de Lamego;
- 1128 - Batalha de S. Mamede;
- 1131 - Construção do Mosteiro de Santa Cruz (Coimbra);
- 1135 - Construção do Castelo de Leiria;
- 1138 - Chegada dos monges de Cister a Tarouca;
- 1139 - Batalha de Ourique;
- 1140 - Construção da Sé Velha (Coimbra);
- 1141 - Primeiras cortes (clandestinas) do Reino em Lamego;
- 1142 - Fundação do mosteiro de S. João de Tarouca;
- 1143 - Tratado de Samora - D. Afonso Henriques, rei-militar;



- 1161 - Fundação do mosteiro de Salzedas;
- 1170 - S. Pedro das Águias;
- 1170 - Santa Maria de Aguiar;
- 1173 - D. Afonso Henriques Rei religioso - papa Alexandre III;
- 1252 - Nasce D. Afonso X, o Sábio.

São Bernardo, o pregador da Primeira Cruzada à Terra Santa (Papa Urbano II), além de conterrâneo, é primo do Conde D. Henrique; por sua influência junto do Papa, D. Afonso Henriques foi reconhecido a nível europeu, 'urbi et orbi' ('teocracia papal'), como Rei de Portugal, mediante o pagamento anual de quatro onças de ouro.

Um tão significativo número de afinidades, ou de 'sinais' facilitará o aparecimento do providencialismo histórico e do milagre, grandemente explorado e ampliado pelos historiadores cistercienses de Alcobça, que tecerá uma corrente persistentemente sebastianista na visão diacrónica da nossa História pátria, que a enorme saga dos Descobrimientos virá transcendentalizar e o domínio dos Filipes exacerbar, até ser cristalizado literariamente em Vieira e na MENSAGEM de Fernando Pessoa.

Os frades de Alcobça poderão inscrever o equilibrado 'ora et labora' num tempo de coincidências felizes entre os actantes da fundação de Portugal e certos movimentos europeus:

*Todo começo é involuntário.
Deus é o agente.
O herói a si assiste, vário
E inconsciente.
À espada em tuas mãos achada
Teu olhar desce.
"Que farei eu com esta espada?"
Ergueste-a, e fez-se.*

F. Pessoa - MENSAGEM

Com o Conde está conjugalmente sacralizada (1096) a sua mulher, D. Teresa, filha bastarda de Afonso VI de Leão e Ximena Moniz.

D. TAREJA



D. Teresa

*As nações todas são mistérios.
Cada uma é todo o mundo a sós.
O mãe de reis e avó de impérios,
Vela por nós!*

*Teu seio augusto amamentou
Com bruta e natural certeza
O que, imprevisito, Deus fadou.
Por ele reza!*

*Dê tua prece outro destino
A quem fadou o instinto teu!
O homem que foi o teu menino
Envelheceu.*

*Mas todo vivo é eterno infante
Onde estás e não há o dia.
No antigo seio, vigilante,
De novo o cria!*

F. Pessoa - MENSAGEM



Aqui se vai definindo, portanto, a crença no Sebastianismo e no Quinto Império, ainda não 'criado de novo', apesar da passagem de quase um milénio.

Perdido o Império e a própria independência com a morte D. Sebastião em Alcácer Quibir em 1580, perdendo ainda o melhor da sua juventude e dos seus militares, é a hora do mito se sobrepor à dura realidade. Nasce então uma versão particular de messianismo, sobretudo de influência judaica: crê-se que toda esta opressão, sofrimento, miséria e crise serão definitivamente vencidos com o aparecimento do Messias libertador (numa manhã de nevoeiro...), que retirará os limites da matéria e abrirá as eternas portas ao Transcendente. O Sebastianismo ou Messianismo aparece quando, épocas de crise profunda é a única Esperança perante a nulidade da vida humana.

Do povo angustiado, é porta-voz o Bandarra, o sapateiro-profeta;

Dos teólogos eruditos, o P. António Vieira;

Dos desiludidos da I República, o Fernando Pessoa da MENSAGEM;

Dos recuperadores das energias saudosistas na diáspora, Agostinho da Silva.

Os falhados individuais e colectivos destes tempos de ditadura dos média 'sebastianizam' os monstros alienantes da política, do dinheiro, do sexo e do futebol.

C – PRESENÇA DE CISTER NO DOURO (em terras de Egas Moniz)

Muito longe de certas ideologias, tendentes a propor que a Idade Média foi uma época de trevas, podemos considerar esse período (de inegáveis dificuldades e inseguranças para a Europa ocidental) como uma fase vibrante de transição para a actual estabilização. Com efeito, o império romano, que tinha reduzido a uma única 'cor' todos os povos da Europa, dissolve-se nos miasmas da sua decadência e todos os povos submergidos regressam à sua raiz, étnica e pátria, original.

É uma época de heróico idealismo e patriótico romantismo. A explosão da liberdade dá lugar a um caldeirão de tentáculos em gigantescas lutas étnicas e territoriais, que só terão a sua síntese na Europa pós-medieval: a da idade moderna.

A instabilidade decretou uma feroz itinerância das populações. As campanhas militares forçaram esta itinerância para alargamento ou consolidação dos territórios, possibilitando depois as cruzadas e as pacificadoras viagens, movidas pela força da devoção religiosa, as peregrinações.

Desta forma foi tecida uma rede de trocas culturais e técnicas. A necessidade de estabelecer as condições para a fixação das pessoas implicou grande esforço político e tecnológico. Como acção concertada, o homem medieval estruturou o território, delineando caminhos, definindo e abrindo estradas, construindo pontes.

As pontes podem, sem favor, considerar-se simbólicas do esforço medieval de ultrapassar as dificuldades, de atravessar, de ir mais além (ver Simbologia, cap. III).

Esta aventura apocalíptica, lentamente pacificada e estabilizada nos novos países autónomos europeus, foi essencial para o alargamento do Mundo pelos Descobrimentos e para o lógico surgimento de uma civilização mais progressista e humanista, com ideias e princípios novos, que transformaram o mundo.

A longa caminhada pode, sumariamente, ser recortada em dois planos:

– Entre os séculos V e XI, a Alta Idade Média caracteriza-se pelo centralismo



Moeda romana de prata
(Col. João Parente Ribeiro)



Flor de Lis
em moeda de S. Luís

feudal, devido à insegurança dos povos e das nações. O trabalho era apenas uma garantia de protecção, por parte dos senhores da guerra. Não havia mobilidade social, a economia era de subsistência.

Entre os séculos XII e XV, a Baixa Idade Média, acelera-se o processo da “retoma” da estabilidade nacionalista. O feudalismo protector é dispensado e dá lugar à iniciativa individual, que gera uma aventureira mas criativa dinâmica económica rumo à criação de riqueza, individual e colectiva.

Abrem-se mercados, liberaliza-se o fluxo de mercadorias: o neo-capitalismo comercial gera uma laboriosa burguesia e é apoiado pelas monarquias nacionais (ver mais na bibliografia: *Jean Brolly*)

Karl Marx, numa obra em que apresenta a história do operariado europeu, tem um desabafo que será pertinente durante muitos séculos:

"A idade de ouro do operariado europeu foi a Idade Média".

Perde-se, na história dos milénios, a memória do cultivo da Vinha nas encostas xistosas do vale do Douro; mas há uma memória a desenterrar.

A Vinha é bem tratada, o vinho excepcional, o património heróico. Há cultura, trabalho, arte, experiência de vida, sacrifícios, sucessos e saberes, bem-estar social e ideais que gerações milenares aperfeiçoaram.

1. Lamego - berço da primeira dinastia (borgonhesa)

Com Egas Moniz emerge uma localidade na história do Alto Douro desde os primitivos Tempos: Lamego (e Tarouca).

Se ele é o Homem a quem mais deve a formação de Portugal, Lamego-Tarouca é o território que congregou e concentrou a dinâmica material e espiritual para o arranque do Reino. Para isso nem precisou se ser oficialmente a capital do novo País.

O Aio de D. Afonso Henriques, como fiel depositário, trouxe o menino, órfão aos 3 anos, para a sua Casa de Britiande. Em Britiande foi também criado D. Sancho I.

O sonho da formação de Portugal começa aqui, pois Egas Moniz, além de querer garantir a obra política legada por D. Henrique, quer acrescentá-la com a ajuda dos poderosos primos borgonheses, de cuja estirpe sairão os reis de França.

A origem de Lamego perde-se nas brumas da História de Portugal e a formação do topónimo é alvo de muitas teorias. Virá do radical lígure **lam-**, ao qual se terá juntado o sufixo gentílico **-aecus**, resultando **Lamaecus**, um fundo agrário; para outros, Lamego terá tido origem na povoação greco-celta **Laconimurgi**; para outros ainda, existe a referência **Urbs Lemacenorum** de Ptolomeu (séc. II). Parece que não se resolverá facilmente a questão toponímica de Lamego.



Lamego foi povoado por diversos povos: Lígures, Túrdulos, Iberos, Romanos, Lusitanos... deixando cada um deles a sua "marca" pessoal, nem sempre benéfica.

O castro (fortificação) foi mais tarde conquistado e romanizado, como se depreende de vários vestígios.

Sob a dominação dos Suevos, no século VI, Lamego sobressai como bispado no Concílio de Lugo (569), tendo

como soberano o Rei Teodomiro. Entre 584 e 688, a Catedral de Lamego esteve sempre representada nos Concílios.

Sob os árabes, Lamego foi destruída; mas, entre 750 e 870, reabilita-se, para, em finais do século X, ser novamente destruída por Almanzor, que aqui residiu e aqui deu origem à mais bela lenda da Cidade e do Douro:

Lenda da princesa Ardínia

Nos tempos idos das guerras entre Mouros e Cristãos, viveu no Castelo de Lamego um Rei Mouro de nome Alboacém, pai de uma linda princesa de nome Ardínia.

A sua beleza era tal que desde logo seduziu o capitão Tedon, quando um dia, disfarçado, veio a Lamego. Tedon era um cavaleiro cristão, bisneto do Rei de Leão, D. Ramiro II.

O primeiro encontro entre Tedon e Ardínia acontece no laranjal do castelo numa bela noite de luar. Com o suceder dos disfarçados encontros, a paixão entre os dois jovens aumentou rapidamente.

Um dia os jovens apaixonados decidem fugir para o convento de S. Pedro das Águias, onde o Abade Gelásio os casou.

Porém o pai da princesa, ao sentir-se atraído, procurou-a por toda a parte, vindo mais tarde a encontrá-la refugiada no tal convento. Sem dó nem piedade foi pessoalmente ao esconderijo da filha e ali mesmo a matou.

Diz-se hoje que nos Invernos em que o Castelo se envolve em nevoeiro, a alma da princesa Ardínia paira sobre o mesmo...



Castelo de Lamego

Só a 29 de Novembro de 1057 é que Lamego é reconquistada definitivamente aos Mouros por Fernando Magno, mas a diocese só será igualmente restaurada a 1071, por iniciativa de D. Sancho e D. Elvira (filhos de Fernando Magno).

Logo depois da batalha de S. Mamede, em 1128, é concedida a Egas Moniz a doação da enorme e fértil extensão de terras, sob o nome de "Tenência de Lamego": Egas Moniz torna-se o senhor de uma vastíssima zona da Beira-Douro, do Douro ao Mondego e do Távora ao Paiva.

Segundo a tradição, as primeiras cortes do reino de Portugal ter-se-ão reunido em Lamego, na Igreja de Santa Maria de Almacave, entre 1142 e 1144, onde D. Afonso Henriques terá sido coroado Rei de Portugal, pelo arcebispo de Braga, D. João Peculiar.

As primeiras cortes do Reino foram realizadas em Lamego (1142-1144). Tinham de ser clandestinas, pois estavam a ser desenvolvidas estratégias de revolucionária



subversão, no sentido de oficialmente D. Afonso Henriques se assumir e ser coroado como Rei, *urbi et orbi* – à revelia do Rei de Castela-Leão.

É provável que Egas Moniz (faleceu em 1146) sucedesse a seu irmão Ermígio Moniz, que, até à sua morte em 1135, parece ter exercido funções de grande importância no condado; mas, como aio do infante, desempenhou um papel importante nas complicações entre este e Afonso VII (Cermeja, Tui, Zamora...), como relata o episódio a garantia pessoal e familiar perante D. Afonso VII, a quem se apresentou de corda ao pescoço.

Mas o mais lógico é que D. Afonso Henriques quis recompensar a estratégia do aio e a colaboração da sua família e vizinhos, de Britiande, na defesa da sua herança na batalha de S. Mamede. Egas Moniz tinha ao seu serviço cavaleiros vassallos, não apenas ligados por laços de parentesco, mas ainda por a vassalagem incluir fidelidade absoluta.

A generosidade de gratidão do seu 'princezinho' consolidou os seus vinte e um domínios (terras ou coutos):

– cinco a norte do Douro (vales do Sousa e Tâmega);

– três na margem esquerda do Douro, limitadas pela extensão do Paiva e do Távora;

– e entre estas duas bacias hidrográficas, uma enorme extensão por toda a Beira Alta.

Além do Douro norte, os seus domínios abarcam tudo o que, no Douro Sul, fica, verticalmente, entre o Douro e o Mondego e, horizontalmente, entre o Paiva e o Távora!

Egas Moniz, ainda em vida, fez copiosas dádivas a instituições religiosas, sobretudo ao mosteiro beneditino do Salvador de Paço de Sousa onde parece ter vivido algum tempo e onde quis ser sepultado.

Em finais do século XIV, o bispado de Lamego está no apogeu e, entre 1551 e 1569, D. Manuel de Noronha iniciou verdadeiramente o culto a Nossa Senhora dos Remédios, a Romaria de Portugal (ver noutro local deste volume).

A prosperidade de Lamego é notória, graças aos conventos: só uma quinta dos frades (a do Mosteiro) produz 680 pipas! Assim abundante e de óptima qualidade (trazida de Borgonha), o 'vinho de Lamego', ou 'cheirante', começa a ganhar fama internacional e a ser exportado por Gaia... é o início da saga do vinho do Porto.

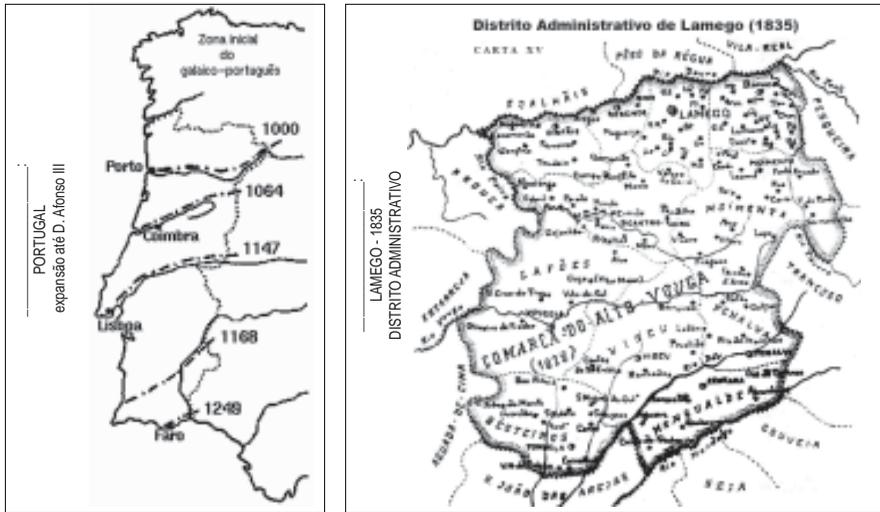
No século XVIII o Marquês tem de estabelecer regras de qualidade (ver noutro local deste volume).

O Distrito Administrativo de Lamego, com base nos domínios de Egas Moniz, conservou-se até 1835: depois os liberais diminuíram o seu protagonismo em favor de Viseu e, por sectarismo algo primitivo, cometeram o enorme erro de tentar destruir o máximo da presença religiosa dos conventos cistercienses, arrastando com ela as suas imensuráveis realizações empresariais e culturais!

Histórica, económica e culturalmente, Lamego foi vítima de um grosseiro e inenarrável erro histórico!

2. Ordem de Cister: patriotismo, trabalho e saber

O período compreendido entre os séculos X e XII – portanto no limiar da nossa nacionalidade – surge como paradigmático da forma como o homem medieval soube guardar e desenvolver uma estrutura de conhecimentos protegidos pelos muros da instituição monástica, vocacionada para desenvolver uma maneira consistente de pensar e de actuar: uma Cultura.



A realidade portuguesa, apesar de sujeita por vezes à força centrífuga em relação à centralidade romana e europeia, usufrui de proximidade geográfica e étnica com a realidade da Península Ibérica medieval, apesar das tensões das nacionalidades e da reconquista; e não apenas pela tradição visigótica e cristã, mas também árabe.

O universo medieval da preservação do saber centra-se nestes vectores:

O Cristianismo, que se tornou a religião oficial do próprio império em 380, uniu os diversos povos da Europa Ocidental, empenhados na reconquista da sua individualidade perante a uniformização romana. A Europa resulta da desarticulação da estrutura militar imperial, mas o substrato cristão conservou o sistema cultural completo, que legitima a evolução social e, ainda, orienta a doutrina teórica e o conhecimento prático.

A necessidade de actuar e lutar pela conquista, restauração ou reposição das formas de sobrevivência fez com que o homem medieval transcendesse o saber intelectual, interagindo nas coisas do mundo; baseando-se na mística da fé e no instinto da procura, fomentou, mesmo instintivamente, a experimentação.

A organização da mão-de-obra e das heranças técnicas do mestre ('magister') pedreiro é, neste contexto, exemplar. Não havia escolas ou oficinas da profissão: a aprendizagem era oral e visual; e quase hierática ou secreta. Os mestres pedreiros adquiriam linhagem, gozavam de estatuto social elevado, quer em pagamento, quer em mordomias e privilégios.

Só no final da Idade Média, com o advento do modo gótico e talvez por consequência da sua complexidade técnica, o desenho começa a ser utilizado para o projecto da obra a executar. Toda a obra românica foi erigida artesanalmente, com uns simples riscos nas paredes do próprio edifício que se ia construindo.

Um pedreiro orgulha-se de gravar, para a Eternidade, uma sigla da sua vocação profissional na pedra dura da 'sua' coluna – ou como marca de trabalho, pago à peça, ou como assinatura, ou, quem sabe?, como símbolo transcendental de ocultismo.

O cristianismo é simultaneamente uma religião, uma ideologia e uma prática de vida.



Portugal, no século XII, no seu período mais crucial de gestação, com D. Afonso Henriques, pôde beneficiar da acção e organização de vários conventos, quer na consolidação patriótica, religiosa e cultural, quer na vertente económica e militar: S. João de Tarouca, Santa Maria de Salzedas (Tarouca), S. Pedro das Águias (Tabuaço), Santa Maria de Aguiar (Figueira de Castelo Rodrigo, S. Cristóvão de Lafões, Alcobaça....

O primeiro rei fundou ainda duas ordens militares: a da Ala, que já, não existe e a de S. Bento de Aviz. Também introduziu em Portugal os cavaleiros de Rodes e começou a ponte de Coimbra.

Na nossa História inicial ressalta o eixo Lamego-Tarouca, o Vale sagrado do Varosa, terras de Egas Moniz, em consonância com a presença de D. Afonso Henriques, D. Sancho I, e D. Teresa Afonso, doadora de Salzedas.

Perdurará no Douro a presença destas organizações monásticas, que vinham para cumprir um lema material e espiritual, humano e divino: trabalhar e orar.

Deixaram uma Obra colossal:

– no campo religioso e missionário, expandiram o Cristianismo por todo o Reino, à medida que a reconquista avançava;

– no campo social, uma disciplinada organização de classes, através de um povoamento distribuído pelos principais pontos estratégicos da captação dos recursos da terra, criando os mais importantes núcleos populacionais hoje florescentes;

– No campo técnico, industrial e económico, realizações adstritas a:

a) cultivo e produção (agricultura, viticultura, fruticultura, pastorícia, pesqueiras...);

b) edificação (hidráulica, caminhos e pontes);

c) extracção de minérios (metalurgia: ferramentas: enxadas, foices, tesouras, arados...);

d) transporte e comercialização (barcos, lojas nas vilas e cidades, salinas, albergarias...);

– Na campo cultural: copistas, arte, música, literatura...

Por isso, com Georges Duby (in: *São Bernardo e a Arte Cisterciense*) é justo concluir:

A sociedade medieval foi erigida no meio de convulsões de várias vertentes, que, por vezes, não conseguiram manter em harmonia a Fé e a Razão, a Matéria e o Espírito.

E parece comumente aceite que, como a Ordem de Cister, nenhuma outra instituição ou movimento sócio-económico conseguiu erigir um conjunto monumental, material e espiritual, tão coerente, tão amplo e tão espalhado. Para o construir, trabalharam milhares de homens, repartidos em pequenas equipas reunidas por um corpo coeso de obediência a São Bernardo de Claraval.

São eles os construtores – milhares de monges, cuja voz se fundia em unísono no canto-chão de um coro, e que foram sepultados na terra nua, no próprio local do seu trabalho, no meio das pedras do edifício em construção.

Anónimos, num tempo em que, contudo, artistas como Gislebert, em Autun, e Antelmi, em Parma, começavam a assinar as suas obras.

Mas a obra desses monges está assinada: todos quiseram conformar o seu trabalho aos ensinamentos da Pobreza, Obediência e Castidade.



Toda a região vinhateira do Douro (das mais célebres do mundo, como a Borgonha, terra do Conde D. Henrique e de São Bernardo) beneficiou com o «ora et labora», marcada na frente do ideal cisterciense.

Foi um domínio multidisciplinar, multissecular, quase absoluto.

Esta actividade, apesar de importada da Borgonha e enclausurada numa regra monacal, não enfermava de qualquer secretismo de quatro paredes, antes era aberta às inovações e às relações com a liberalidade exida nas trocas comerciais, adaptando-se com sucesso aos fluxos e refluxos das mercadorias e do dinheiro.

Como corolário de uma série de premissas acertadas, em breve a autosuficiência e o bem-estar social chegariam e os vinhedos haveriam de produzir a ‘cem por um’.

Ideal e pragmatismo – o renascimento da nova Europa processa-se através destes mesmos conceitos.

No entanto, à vista das ruínas dos numerosos mosteiros do Vale do Varosa e do Alto Douro, ergue-se uma incógnita:

O que explica a actual sobrevivência de Alcobaça e as ruínas dos outros, da mesma regra de Cister? Transferência dos frades? Ausência de vocações? Causas económicas? Causas morais?

O património duriense, quase exclusivamente vinícola, era mais rico do que o de Alcobaça, embora este estivesse ligado a uma terra mais fértil e equilibrada do ponto de vista agrícola. Mas não será lógico pensar que a Ordem mandaria sair os frades de Tarouca para Alcobaça, fazendo uma ‘transplantação’ de pessoal e meios, já depois de séculos de grande sucesso empresarial.

A ser isso possível e viável, as terras seriam vendidas e as quintas teriam continuidade, como hoje ainda se verifica.

Mas faltaria a mesma ‘sensibilidade’ aos novos proprietários em relação ao valioso património religioso e artístico? A conservação do património edificado afectaria a rentabilidade das quintas, das vinhas, dos férteis rechãos e moinhos?

Talvez seja possível apontar causas morais para esse abandono: ao contrário de Alcobaça, quase exclusivamente vocacionada para o estudo e o recolhimento, a falta de pujança da Ordem terá ‘deixado cair’ as sucursais do Alto Douro por excessiva ‘extroversão’ laboral, que, nas festas das vinhas e das colheitas, dava natural aso a grande e amigável aproximação dos rendeiros, conversos e dos próprios monges a Baco e, também, a Vénus.

O caridoso São Martinho, nomeado eclesialmente como substituto cristão do Baco pagão, paganíssimo, nunca conseguiu livrar-se da fama (sem proveito) de ser o santo padroeiro dos bêbados: o povo cristão ‘converteu-o ao paganismo’, melhor, comprometeu-o ao mesmo vinho pagão.

E o Liberalismo pôde desferir a machadada final em séculos de cultura, o que – em pé de igualdade com o ódio religioso – em pôs ao léu instintos boçalmente anti-culturais.



S. Bernardo

Como era constituído um convento, uma 'sede administrativa', geralmente alimentadora de uma multidão de pessoal interno (frades e conversos) e externo (assalariados da terra, artesãos, rendeiros...), além de circunspectos visitantes, mais ou menos ilustres?

O centro de toda a actividade espiritual é, em toda a organização conventual, o templo.

O templo mais antigo, o de S. João de Tarouca, foi fundado em 1154, devendo estar concluído cerca de 1169 altura em que – conforme atesta epígrafe junto ao interior do portal axial – foi dedicado por D. João Peculiar, bispo de Braga.

Como todos os templos cistercienses, é um edifício muito bem construído, cujo plano será de certo atribuível a um monge arquitecto, como era prática na Ordem e certamente de origem francesa (borgonhesa), dadas

as afinidades do seu plano com o da Abadia de Claraval, de S. Bernardo.

Das suas características arquitectónicas, destacamos a originalidade do largo transepto coberto por abóbada quebrada, da organização das três naves (com abóbada quebrada ao centro e transversais nas colaterais), da simplicidade da planta das três capelas da cabeceira, escalonadas e quadrangulares.

A simplificação estrutural chega, inclusivamente, à simplificação da descarga dos arcos torais, que assentam - na nave central - em mísulas em cunha que serão uma das marcas da arquitectura dos Cistercienses que influenciará o gótico mais castrense e utilitário, como o de muitas fundações das Ordens militares religiosas.

Vamos 'visitar' um convento da época e listar um 'inventário' da sua hierarquia e serventias:

Sob a égide da grande edificação eclesial e residencial, espacialmente concentrada e tipicamente definida pela Ordem, os mosteiros cistercienses possuíam várias outras propriedades, espalhadas por um vasto território, com epicentro em Lamego-Tarouca.

Hierarquicamente, o Abade era o garante máximo e absoluto da disciplina moral e da correcção material de toda esta estrutura. Podia requerer, se o entendesse, o conselho de alguns monges, mais velhos ou mais avisados, quando pretendesse fundamentar melhor alguma decisão sua, duvidosa ou polémica.

O Abade devia obediência ao Bispo da Diocese, carecendo da sua bênção ('benedictio'). O bispos são os sucessores directos dos Apóstolos e as autoridades máximas na sua Diocese, mas era possível criarem-se situações de crispação entre um Abade poderoso e rico e o seu Bispo diocesano, inicialmente sem quintas e dependente das esmolas dos fiéis.

O Abade, ao princípio, era eleito vitaliciamente, segundo a Regra de S. Bento; mas, depois, passou a sê-lo por três anos, e rotativamente.

Dada a quantidade apreciável de pessoas e bens à sua guarda, para desempenhar as numerosas e responsáveis funções com a máxima eficiência, o Abade tinha necessidade de delegar poderes e estabelecer procuradores ou intermediários:

Abaixo do Abade situava-se o Prior e o Sub-Prior.

Depois, o 'Cellarius', mestre dos noviços e ecónomo, administrador das finanças e relações económicas internas e externas.

Agregados ao Celário existiam dois ou três sub-celários, de eleição mensal, um encarregado da administração e venda dos produtos agrícolas e o outro dos produtos pecuários. O terceiro sub-celário era eleito quando houvesse necessidades de construção, remodelação ou manutenção de edifícios.

Finalmente, os Mestres das Granjas ('magister grangiarum') superintendiam nos trabalhos de cada propriedade fora de portas, onde residia. Estes Mestres das Granjas estavam submetidos ao Chefe dos Mestres das Granjas residente no Convento, que centralizava os assuntos.

Os conversos eram leigos que trabalhavam na comunidade, como auxiliares seculares; não podiam passar a monges. Eram orientados pelo 'magister conversorum'.



Os familiares eram doadores, com usufruto, que se recolhiam ao convento em idade avançada ou em caso de necessidade. Ficavam sepultados no chão sagrado do Convento.

Ao contrário dos conversos, podiam ser homens ou mulheres. Prometiam fidelidade e dispunham-se a aceitar trabalho consentâneo com o seu estatuto social e etário. Os Abades deviam reunir em Cister todos os anos o Capítulo Geral da Ordem. Dada a distância e o tempo gasto (100 dias para ida e volta) foi possibilitada uma reunião cada quatro anos, que ainda se tornava muito onerosa e, mais tarde, uma reunião restrita, a nível ibérico e só com a obrigatoriedade presencial de um terço dos abades.

De modo geral não existiam nos conventos apenas os 'monges de coro', mas também os conversos, que (ver desenho) não tinham acesso à parte consagrada. Estes eram os encarregados dos trabalhos mais externos, ou mais braçais, fora dos muros reservados ao recolhimento. Não eram de 'sangue azul', mas de famílias humildes, procurando garantir o trabalho e a sobrevivência à sombra protectora do convento.

Mas todos os monges se sujeitavam ao trabalho braçal, quer nas hortas e pomares intra-muros, quer extra-muros, nas granjas e outras propriedades.

Havia, ainda, os caseiros, os assalariados, os rendeiros...

Para completar a visão da grande máquina empresarial que fazia funcionar eficientemente um Convento, há que nos determos sobre alguns pormenores, se não já não tão importantes nos tempos de hoje, pelo menos significativos, ou, no mínimo, curiosos.

O primeiro é o ciclo da água (fornecimento e esgoto) de uma comunidade tão diversificada, autosuficiente em termos agro-pecuários:

Já não é possível estudar o sistema de captação e encaminhamento da água nos tempos primitivos (séc. XII-XIII), pois está tudo destruído, a não ser alguns vestígios da Arca-de-Água. A captação era a 280m do destino.

Também resta um segmento de um arco de apoio de uma caleira de adução nas traseiras da cabeceira da igreja, além de uma caixa para queda de água e ainda algumas caleiras aplicadas nas paredes das vinhas.

Muito mais conservado e evoluído é o sistema hidráulico dos tempos do Marquês (séc. XVIII), para



São Bernardo de Claraval

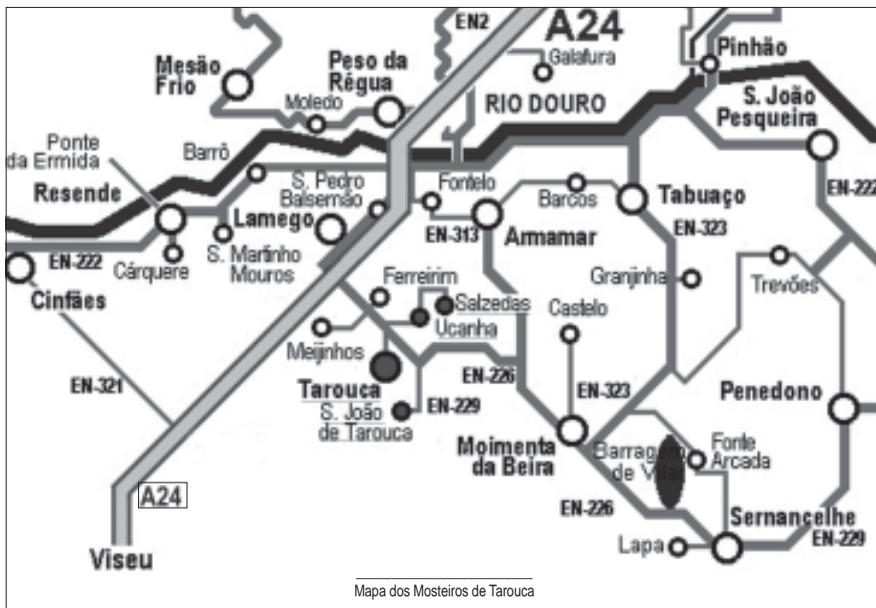
Conventos de Cister
(pratos conventuais)

Cadeiral



Copista cisterciense

Uma iluminura
cisterciense



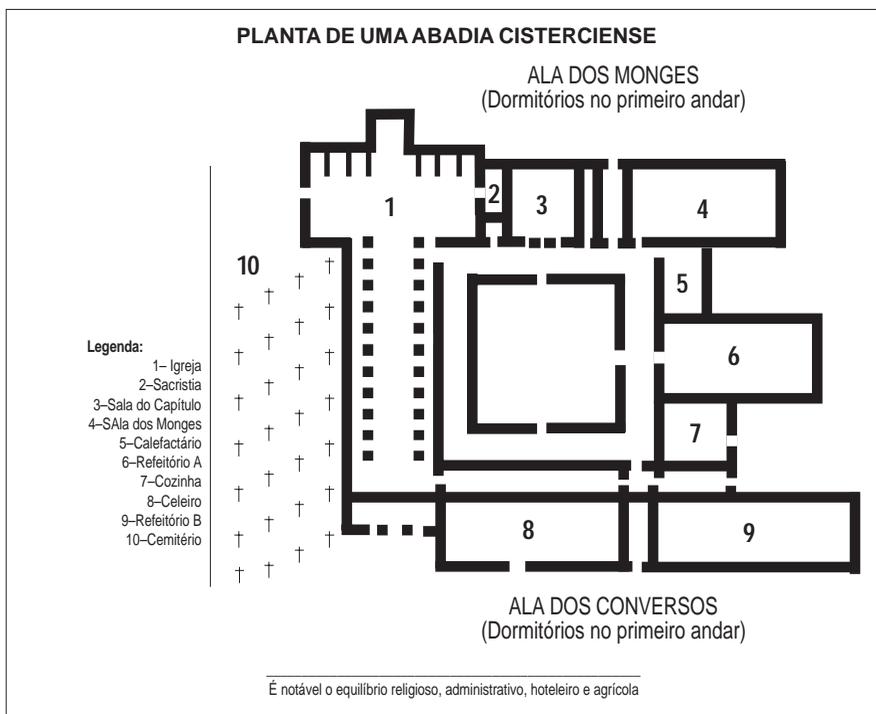
abastecimento dos dormitórios: além dos seus 21m de calceiras, estas apresentam uma engenhosa e inovadora forma em V com base aplanada, o que trava a força da inércia das águas num declive de 16%.

Esta segunda captação era feita na Quinta do Lavatório (Lavadouro), a 580m de distância, numa galeria em trincheira com uns 40m, que ainda existe, bem como um troço de 3m de calceiras, deste sistema: mas o resto foi destruído, até para lá ‘plantar’ precisamente uma estrada.

Este segundo sistema ia dar à capela de St^a Umbelina e à fonte da Carranca. É um sistema único no país e situa-se cronologicamente perto do Aqueduto das Águas Livres (séc. XVIII), iniciado em 1732, uma das mais notáveis obras de sempre da engenharia hidráulica, com 58.135m (incluindo ramais), entre Caneças e Lisboa. Demorou 16 anos a ser posto em funcionamento.

As instalações podem agrupar-se em secções:

1. Instalações religiosas: Igreja - sacristia - guarda-roupa para as vestes litúrgicas - cemitério.
2. Alimentação: Cozinha dos monges - adega no piso térreo - dispensas no piso superior - padaria e adega dos monges - cozinha, padaria e adega dos hóspedes importantes - cozinha, despensa do Abade - cozinha do noviciado - cozinha, padaria e adega dos peregrinos.
3. Higiene: Lavatórios e banhos dos monges - caldeira auxiliar no piso superior - banho do Abade - Banho do noviciado.
4. Saúde: Casa do médico - casa das sangrias - hospital - jardim de ervas medicinais.
5. Relações internas: Locutório dos monges - claustro;
6. Alojamentos: Casa do Abade - alojamentos para a comitiva de hóspedes ilustres - alojamento



do reitor da escola externa - residência do guardião - residência do administrador da Casa do Peregrino e do Hospício - dormitório dos monges - casa para hóspedes importantes - alojamento para serventes das granjas e serventes provisórios - alojamento do vaqueiro - alojamento do porquero - alojamento do cuidador das éguas prenhas - casa do jardineiro.

7. Relações externas: Celas para irmãos da Ordem que estiverem de passagem - residência do reitor da escola externa - sala de recepção para hóspedes importantes - sala de recepção para todos os visitantes - sala de recepção para a Casa do Peregrino e o Hospício e os edifícios administrativos - Escola externa - Casa do peregrino e hospício - alojamentos para a comitiva de personalidades ilustres;

8. Educação, cultura e instrução: Sala de escrever - biblioteca - escola externa.

9. Manutenção: Atelier de artesãos e anexos.

10. Instalações agrícolas: Moinhos - fornos - forno da cal - lagares de vinho e de azeite.

11. Agro-pecuária: Hortas - sementeira - galinheiro - cercado para aves - ganadaria - estábulo de cavalos e bois - curral de ovelhas - curral de cabras - estábulo para as vacas - pocilga - estábulo para as éguas prenhas - vinhedos - floresta (castanheiros, pinheiros, sobreiros...).

Muito interessante para este trabalho – identificar e caracterizar a manutenção e transmissão das tradições populares durienses através dos séculos – é examinar a imensa colmeia humana que alegrava, com as suas cantigas e danças tradicionais, todas as zonas de influência dos mosteiros cistercienses, com relevo para as festas das vindimas.

Nunca podiam faltar os produtos da terra: frutas (maçãs, figos, cerejas, uvas...),



verdura, cereais (milho, cevada e centeio), peixe, farináceos, legumes, castanhas, grão-de-bico.... Algumas quintas também perduram na memória: Mosteirô, Paço do Monsul, Tourais, Frades, etc.

Já estão referenciadas zonas de vinho ainda hoje florescentes: Raposeira, Murganheira e Mateus. É de registar a preocupação cultural da administração das Caves da Murganheira, que perpetuam, nas relações exteriores e nos produtos, o brasão borgonhês do Conde D. Henrique: a flor de lis, comum, também a dinastias francesas.

A criação de gado centrava-se em Aguiar, dadas as dificuldades do planalto para a produção hortícola. Mas em toda a parte havia criação de porcos, galinhas, carneiros, coelhos, capões, bois (tiro)... e leite, manteiga, lã, peles, ovos...

Mais tarde a rentabilidade da terra tornou-se problemática pela falta de mão-de-obra, que ia engrossar a explosão do urbanismo. Então procedia-se ao sistema de trocas e à utilização da moeda, que, nesta altura começou a conquistar a sua importância fundamental na oferta e procura da nova sociedade mercantilizada.

A rentabilidade do vinho provia a todas as necessidades de moeda. Para o seu escoamento, o mosteiro possuía a sua frota e barqueiros, procuradores, mercadores e lojas junto dos principais mercados dos aglomerados urbanos principais.

Para os transportes havia ainda os almocreves e carreteiros, que percorriam as rotas de então, sobretudo em direcção ao litoral: o Porto e Aveiro (sal). Na Régua e em Lamego, no século XVI, estavam registadas centenas de mercadores, que irradiavam para todo o lado, fazendo circular a riqueza. São já muito pronunciados os roteiros de pessoas e mercadorias, em que os diferentes costumes e formas de cultura se difundiam, interpenetravam e uniformizavam, adquirindo uma cidadania trans-regionalista, nacional, predominantemente de raiz nortenha.

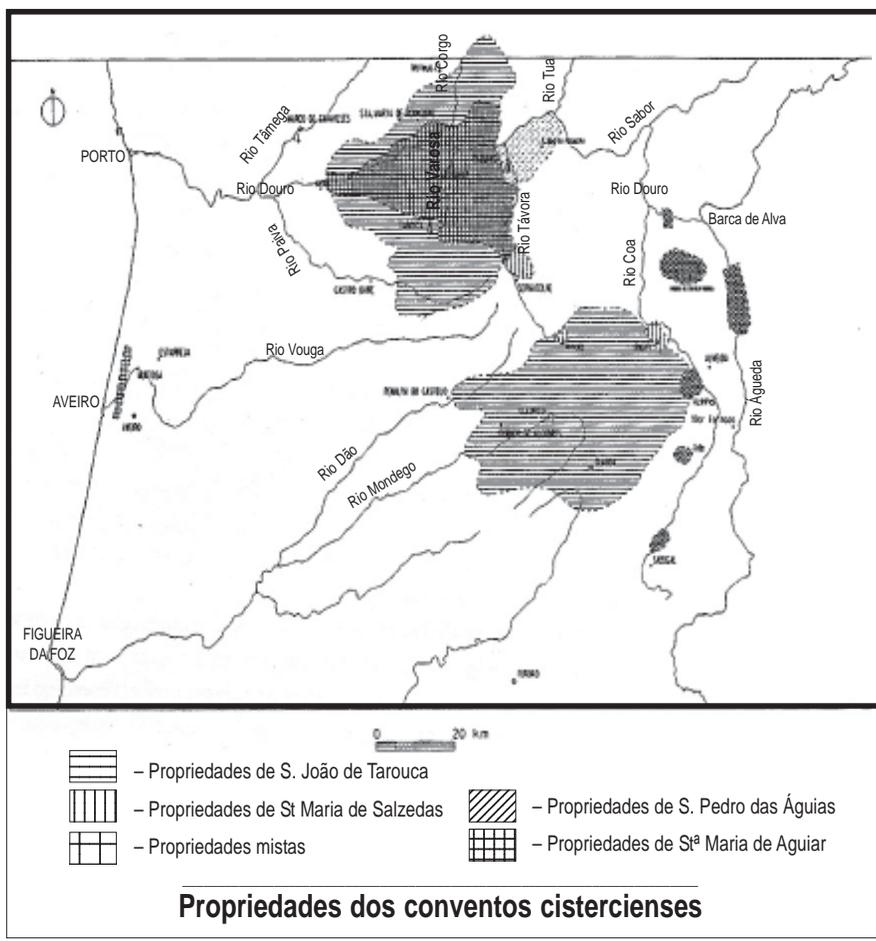
Convém não esquecer, ainda, a exploração dos recursos hídricos, quer o aproveitamento da força motriz em moinhos (recém-descobertos), quer na construção de aquedutos de fornecimento de água doméstica e agrícola, quer em pesqueiras, quer em portagens de barcos.

Aparecem os estaleiros dos rabelos, barcos que continuam a ser o ex-libris do comércio duriense. Um dos principais situava-se em Porto Manso (Baião-Resende).

O rio, grande veículo de comunicação e circulação de riqueza, era disputado segundo os variados interesses e poderes, em que predominava o rei, a igreja, os senhores e os concelhos. Além de várias passagens e portagens pagas, estabeleceu-se mesmo uma taxa sobre o valor das mercadorias embarcadas.

Estão bem documentadas as passagens: Bagaúste, Régua, Carvalho, Moledo, Bernaldo, Porto de Rei.

A mais rentável portagem situava-se mais junto do Porto: Entre-os-Rios, já depois das embocaduras de vários rios no Douro, todos carregados em direcção ao Porto. Mas havia isenções, que protegiam o comércio de Tarouca: a barca de Salzedas, por ex., estava isenta de portagens.



Ressalta facilmente uma estrutura empresarial completa e complexa, como uma grande fábrica ou uma harmoniosa 'civitas' (cidade), em que a cooperação tem de ser disciplinada e a autoridade indiscutida.

É ainda visível o carácter compactamente preventivo desta organização, vocacionada não apenas para os aspectos espirituais, mas ainda para os numerosos e prementes pormenores materiais da vida em comunidade.

Tudo isto foi possível graças à riqueza proporcionada por uma Região vinícola que não ficou atrás das potencialidades da Borgonha, donde vieram os pioneiros conventuais e vitivinícolas.

Lançadas as sementes do *victus* e do *vestitus*, a autosuficiência no comer e no vestir, a terra abençoou o trabalho e produziu a cem por um.



Vindima - Mosteiro Lorvão



Vindima medieval dos frades



Vindima e pisa medieval



Carreiro



Carregamento de um rabelo

Esta transformação do quadro económico-social é geradora da ascensão de uma nova classe - a burguesia. Serão estes novos comerciantes, muitos deles intermediários e armazenistas, que irão financiar e fazer florescer a nacionalidade, que determinará o designado "Renascimento" a partir dos finais do século XIV (XIII em Itália).

Além destes numerosos 'cómodos' (residualmente ainda hoje integrantes das quintas durienses), tendentes a garantir a autosuficiência diária e permanente de centenas de pessoas, havia necessidade de prover à captura de peixe para uma alimentação que prescrevendo privilegiadamente os cereais e produtos hortícolas e permitindo o consumo de um vinho moderado, proibia a carne vermelha.

Para isso os monges estabeleceram e registaram postos de captura ou pesqueiros junto aos rios, quer o Varosa (a 250m do mosteiro - um couto exclusivo), quer do Douro e seus afluentes, com pesqueiros, canais e casais à beira rio devidamente registados e protegidos.

Peixe do mar era trazido da zona costeira de Santa Eulália (perto do Porto e já decretada por D. Afonso Henriques). Para a conservação dos alimentos, o sal essencial era colhido em Aveiro e Ovar e também num entreposto junto ao Porto: Lordelo do Ouro.

Compreende-se a importância dos transportes por almocreves (o vizinho Aquilino inspirou-se aqui para o seu *Malhadinhas*) através desses montes.

A fertilização das terras e os desenvolvimentos agrícolas que os monges encetaram com a sua expansão territorial possibilitaram a dinâmica rural e o desabrochar demográfico que se dá por volta do século XII e que possibilita um novo florescimento das cidades com gradual urbanização e implantação social, não só em Lamego, mas ainda em Vila Real, com base na Panóias do conde D. Henrique (1096).



A produção esclarecida e estruturada extravasou do consumo particular e local e os excedentes agrícolas fizeram desenvolver as trocas e relançar o comércio que, com o seu estabelecimento nas cidades, sustentou o desenvolvimento económico e determinou a cada vez maior relevância dos mercadores e artesãos urbanos.

Cedo se transformou toda aquela estrutura social e económica: a riqueza gerada era distribuída por todos, desde os assalariados aos intermediários e ao Clero, ao Rei e à Igreja Romana, em tempo de provisão para as Cruzadas, internas e internacionais.

O esforço de guerra da cruzada do alargamento e povoamento do território nacional também tem aqui essencial fonte de receita.

O escoamento comercial para a Grande Cidade (Porto) era constituído pelos excedentes vinícolas. Como facilmente se depreende, sendo os monges autosuficientes nas necessidades do seu autoconsumo, as vendas de vinho geravam receitas astronómicas.

O sucesso foi estrondoso:

Cem anos depois, só a Quinta do Mosteiro enviou em barcas para o Porto 16.000 almudes de vinho!



Propriedade de St Eulália - Salinas



Rabelos em Gaia e Porto medieval



Uma quinta dos Frades de Salzedas

Considerando que o almude continha 25 litros, essa ‘exportação’ para o mercado da Grande Cidade correspondia a 300.000 litros... mais de 680 pipas!... Colossal!

Além da Quinta do Mosteiro, os monges de Tarouca muitos mais hectares de terras – vinhas e campos, com as respectivas instalações: lagares, pocilgas, etc.!

Além do vale do Varosa, possuíam propriedades junto de Aveiro, Viseu, Guarda, Porto, Vila Real (Mateus).

E também em Baião, Santa Marta de Penaguião, Loureiro, Oliveira, Fontelo...

Os ‘vinhos de Lamego’ conquistaram facilmente os mercados nacionais e internacionais e o nome de exportação surgiu, derivado do Entrepasto de Gaia: Vinho do Porto.

No Douro, os homens desfizeram a pedra, fabricaram a terra, levantaram muros, construíram milhares de quilómetros de socalcos, serra acima, vale adentro..., saltaram os rios, procuraram água e marcaram sítios para viver.

Plantaram, enxertaram, podaram as vides, colheram as uvas, pisaram, trasfegaram, transportaram, fizeram o vinho (...).

E o vinho fez uma região, fez os solares, as quintas e os casebres.

Fez os lagares e os cardenhos; as pipas e os rabelos; os ricos e os pobres.

Nada de importante, no Douro, é independente do vinho.

António Barreto - DOURO

O cultivo da Vinha é uma das mais antigas culturas do mundo. Os registos apontam para que tenha nascido na actual Arménia e Arzebeijão (parte oriental do Mar Negro no Transcaucasos), há uns 4000 anos.



Também já se produzia vinho no Egipto, na IV dinastia dos faraós (2500AC), sendo o vinho interdito às mulheres, que gostavam de abusar. Mais tarde, na Idade do Bronze, a "vitis vinifera" era cultivada no Egipto e na Grécia e, posteriormente, na Idade do Ferro, o seu cultivo estendeu-se até Itália e a outras regiões da Europa. Durante o Império Romano, era apreciado sobretudo o vinho da Grécia e são célebres os banquetes e as orgias de Nero, Caracala, Tibério...



Inscrição na Torre da Ucanha



Porta românica 'actualizada'

Através da Helvécia, o vinho atravessou o Ródano e chegou à Borgonha e, logo depois, a Bordéus.

Já no século III, o vinhedo ocupava na Europa as mesmas regiões dos tempos actuais, incluindo os países do Danúbio, graças sobretudo ao imperador Marco Aurélio, que transformava suas legiões de guerreiros em pacíficos viticultores, quando as contingências da guerra o permitiam.

Nesta altura já os Fenícios percorriam o Mediterrâneo transportando nos navios o vinho produzido na Grécia, Itália e em Espanha.

Mais tarde os Gregos, que descobriram a Península Itálica por volta do séc. VII a.c. e nela criaram as suas próprias colónias, prosperaram nos impérios comerciais onde o principal protagonista era o comércio do vinho.

Na Idade Média, após uma grande expansão dos vinhedos, assiste-se a um declínio.

Curiosamente, nos países cristãos a cultura da vinha sobrevive às invasões, graças à organização monástica; mas, nos países mediterrâneos de tutela árabe, a produção de vinho é abandonada.

A Igreja, de facto, em geral, e os mosteiros, em particular, chamaram a si as artes da viticultura. O pão e o vinho faziam (e fazem) parte dos mistérios da santa missa.

O bispo, dono da cidade, ou o abade, superior do convento, converteram-se em viticultores e taberneiros (bodegueiros). E não somente para assegurar a produção do vinho necessário para as missas, mas sobretudo para abastecer a povoação e, também para armazenar o necessário para presentear e honrar os monarcas e altas personagens que passavam pela cidade. E, comercialmente, o vinho passou a ser também boa fonte de receita também para o tesouro episcopal.

A viticultura secular, ora florescente, ora alternando com crises, no transcurso da Idade Média, deu lugar a uma viticultura monástica, europeizada, empresarial e moderna, muito mais eficiente.

As abadias serviam de estalagens e ficavam ao longo dos grandes itinerários, para oferecerem refúgio ao caminhante, sobretudo os que, nos jacobes, partiam em direcção à Galiza e Santiago de Compostela, como um pouco ainda hoje.

É ilustrador do facto de haver quem se perdesse (real ou por fingimento) e tivesse de procurar ajuda ou guarida em casas particulares, o célebre segmento narrativo em que a mãe, nos 'rimances do cego', diz à filha:



Torre da Ucanha (nascente)

- Acorda, Helena, desse teu dormir,
Vai ver o cego à porta a pedir.
- Se o cego toca, dá-lhe pão e vinho,
Se o cego não toca, dá-lhe pão sozinho.
- Nem quero do pão, nem quero do vinho,
Só quero que a Helena me ensine o caminho...

Como os próprios monges samaritanos, todos estes viajantes apreciavam o vinho (que também era utilizado para curar as feridas dos caminhos).

Acolhiam ao serviço caridoso do convento não apenas os grandes e poderosos – que por sua vez se mostravam depois pródigos ao retribuir a hospedagem – como também os pobres e os peregrinos, alguns vindos de muito longe, dos confins da Espanha e, menos (em Tarouca), da França. Mas repare-se nas reminiscências do artigo partitivo francês na resposta do falso cego:

- Nem quero do pão, nem quero do vinho...

Os reis, duques e senhores feudais não tardaram a seguir o exemplo dos religiosos e dos príncipes da Igreja. A vinha juntou-se ao castelo, como o mosteiro com a cidade episcopal. O vinho conservava, ou readquiria, o seu antigo prestígio social e, com o aparecimento da burguesia, numerosos vinhedos das cercanias das cidades passaram para as mãos dos seus ricos habitantes.



A viticultura mediterrânea só voltará a assumir um papel económico ainda mais significativo a partir do séc. XVII.

Os vinhos do Douro – provenientes de boas castas borgonhesas plantadas no vale do Varosa desde o início da nacionalidade – depressa excederam as capacidades do consumo local e

começaram a ser distribuídos pelas grandes povoações e vendidos em espaços comerciais, doados ou comprados pelas numerosas quintas dos monges produtores.

A qualidade dos vinhos leva a fama do Douro a ultrapassar as fronteiras, sobretudo quando foram desenvolvidos os excelentes e únicos “vinhos cheirantes de Lamego”, que, já no séc. XVI, eram considerados

“os mais excelentes e de mais dura (=duração, conservação) que no Regno se podem achar, e mais cheirantes

De Cister e Borgonha derivam historicamente também os famosos espumantes do eixo Lamego-Tarouca: as Caves da Raposeira e as da Murganheira.



D. Afonso Henriques analisa e aprova o projecto de construção do Mosteiro de Alcobaça

2. Espólio cultural cisterciense

À acumulação de bens materiais pela organização do trabalho rural, correspondeu um riquíssimo espólio cultural, em que os próprios Vinhos não podem deixar de ser incluídos, pela sua excelência e unicidade.

Os frades repartiam os afazeres entre oração, o estudo e, também, a arrecadação de riquezas, o que lhes permitia engrandecer constantemente o seu mosteiro.

Há notícia documentada da troca de uma vinha por livros, feita em 1145 pelos cônegos e prior de S. Sebastião de Lamego. Os monges de Tarouca deviam escrever (=copiar) esses livros, básicos para a igreja, por conterem salmos, missas, trechos bíblicos...).

A Biblioteca de S. João de Tarouca, com mais de 700 volumes, além de obras de Teologia, obras morais e religiosas, vidas de santos... possuía originais de valor hoje



Fachada da Igreja de Salzedas



Fachada da Igreja de Almaceve



Igreja de St Maria - Trevões

incalculável, nomeadamente ‘*A Peregrinação*’ de Fernão Mendes Pinto (1616); ‘*D. João de Castro*’ (1651); ‘*História Sebástica*’ (1735); ‘*Epítome*’ (1677); ‘*Europa Portuguesa*’ (1678); ‘*Ásia*’ (1666); ‘*Crónica de Cister*’ (1602); ‘*D. João I*’ (1644); ‘*D. João II*’ (1670); ‘*D. Manuel*’ (1619); ‘*Portugal Restaurado*’ (1680); ‘*Sermões*’...

Mas também obras de *Direito* (Comercial, Civil, etc.); obras de *Filosofia*; *História*; *Dicionários* franceses e greco-latinos; *Arte poética*; *Física*; *Agricultura*, etc.

Aqui se fez a reforma do *Breviário* de Cister.

No Cartório havia documentos que iam do séc. XII ao séc. XIX, data do incêndio ‘liberal’: alvarás, despachos, doações, confirmações, escrituras de compra e venda, prazos, privilégios, cartas de reis, provisões, petições e certidões, requerimentos, etc. ..., sobre toda a actividade do mosteiro, devidamente arrumados em maços e estes divididos por terras.

A par das *Letras*, cultivavam os frades o gosto pela *Pintura*, fazendo quadros para o recheio das vastas salas, adquirindo e encomendando outros para guarnecerem as paredes da igreja e dos próprios claustros. De formidável tamanho eram alguns. Painéis artísticos admiravam-se no refeitório, na hospedaria, nos dormitórios e na Casa do Capítulo.

Grandes, práticos e virtuosos Homens se formaram na clausura do mosteiro da Salzedas:

Fr. Lourenço do Espírito Santo, de Lamego; Fr. Gerardo das Chagas, do Touro; Fr. Baltasar dos Reis, de Fareginhas, Castro Daire; Fr. João de Seixas, de Viseu; Fr. Benedito de S. Bernardo, de Castro Daire...

Alguns davam às letras e à investigação todo o tempo disponível; outros dedicavam-se ao ensino das «sciências escolásticas» ou à pedagogia das aulas, não só de ler e escrever, mas também de Retórica, Latim e Grego.



Não admira também que, em ambiente tão propício, alguns nos deixassem belos quadros, alguns dos quais hoje ainda existem na igreja. Outros tentaram a escultura: estatuetas e imagens havia-as em cada recanto. Hoje mal podemos admirar a única que escapou ao saque do século passado: a de D. Afonso Henriques, à entrada da Quinta da Tulha.

É de realçar, no entanto, que, pelo menos, as raízes do Teatro português se situam aqui, no séc. XII: D. Sancho I que (como seu pai) foi criado por Egas Moniz na sua casa de Britiande, atribuiu uma dádiva a Bonamis e Acompaniado.

São estes – garante Duarte Ivo Cruz – os dois actores mais antigos portugueses, que realizaram um espectáculo de "arremedilho", tendo sido pagos pelo Rei com uma doação de terras em Canelas.

Canelas, actualmente do concelho da Régua, compreendia na época oito casais, sendo metade pertença dos homens do Rei e outra metade de herdadores. Terá sido dos quatro casais que possuía que D. Sancho terá dado a recompensa aos dois jograis.

A heráldica da freguesia de Canelas (que já foi concelho) contempla a imagem de dois jograis, precisamente num resgate equivalente a esta história.

A admitir que Bonamis e Acompaniado eram actores e não simples jograis, mimos ou bobos, pode concluir-se, com Duarte Ivo Cruz que o teatro português não nasceu pela mão de Gil Vicente, em 7 de Junho de 1502, data da primeira representação do "Auto do Vaqueiro", ou "Auto da Visitação", uma vez que já antes, e muito antes, tinham existido no Alto Douro estas manifestações teatrais situadas no eixo Régua-Lamego.

Mais precisamente, a Régua (Canelas) seria o berço do Teatro português.

Se até o início do nosso Teatro se encontra cheio de mistério, infelizmente... as artes e



Igreja Matriz - S. Martinho de Mouros



Fachada da Igreja de NS Assunção - Barró



Dormitórios do Mosteiro de SJ Tarouca



Fachada da Igreja de NS do Cárquere



Igreja Matriz - Tabuaço



Igreja Matriz - Armamar

costumes populares não são mais do que uma mancha opaca na nossa História.

Mas, perante a grandiosa obra humana e agrícola duriense herdada e patente aos nossos olhos, ainda hoje, não custa imaginar o leite e o mel escorrendo no vale encantado do Varosa e os céus de Balsemão, Britiande, Tarouca e Lamego repeletos de cantigas de centenas de homens, mulheres, rapazes, raparigas, crianças, que partilhavam a alegria da Terra e do Vinho nos intervalos e até durante as fainas, com danças e risos... a que até aquele ‘monginho’ recitado bem seria capaz de arregalar os olhos, descobrir a mágica presença de Diónisos e partir para os braços quentes de Afrodite.

Gradualmente, foi-se laicizando todo esse espaço do Vale do Varosa e seus domínios durienses, juntamente com todos os outros espalhados pelos quatro cantos do coração do novo Reino.

A economia floresce e os rendimentos enchem as arcas e as algibeiras. O rio Douro é navegado até à Grande Cidade. As cantigas, como a Música europeia, perdem em elevação e tradição o que ganham em ritmo e ânsia de viver.

As procissões (não tanto os ofícios divinos) vão-se enriquecendo de elementos espirituais e corporais provenientes de uma nova concepção e gestão dos tempos livres.

Isto é: o estabelecimento da Ordem de Cister no eixo Lamego-Tarouca trouxe ao coração do Douro não só a sobrevivência do povoamento, a estabilidade e o bem-estar social, como a estruturação territorial, primeiramente local e depois também regional e nacional. Como cúpula da sua acção esclarecida e prolongada foram-se acumulando riquezas, do corpo e do espírito.

Marginalmente, é curioso verificar que o ódio pombalino aos Jesuítas não ‘contagiou’ outras ordens monásticas, nomeadamente os



dominicanos, apesar de serem o braço actuante da Inquisição.

E, quando Sebastião José decretou e desenhou a Região Demarcada, quase só teve de fazer uma vénia para sublinhar o mapa das zonas vitivinícolas da grande tradição cisterciense.

Infelizmente, o Liberalismo (1834) e o incêndio no Seminário de Viseu (1841) destruíram toda a importantíssima documentação relativa a uma era grandiosa da História de Portugal, barbárie comparável à cometida em 646 contra a Biblioteca de Alexandria.

E se, hoje, muitas edificações monásticas estão reduzidas e escombros de pedras, ficou para sempre uma extraordinária arquitectura: o Românico cisterciense.

Contra a opulência da vida dos monges, contra o poder de sedução e engano das imagens, os Cistercienses procurarão a espiritualidade, a austeridade, a ligação ao trabalho manual.

Coerentemente, recusam a fantasiosa decoração escultórica, a artificialidade dos vitrais coloridos, o excesso das alfaias litúrgicas em materiais preciosos e a rica ornamentação.

A sua arquitectura é testemunho dessa opção, pelas formas simples e claras, optimizando recursos e soluções técnicas e evitando o excesso ornamental nos suportes tradicionais, sobretudo nos capitéis e vitrais, preparando já a transição para o que será o



Interior da Igreja de S. João de Tarouca



Ruínas da Abadia Velha - Salzedas

regresso à Natureza, através do Gótico.

Em Portugal só se poderão considerar românicos os templos dos mosteiros de Fiães, Salzedas e S. João de Tarouca, estando já fortemente comprometidos com o gótico os de Alcobaça ou de Santa Maria de Aguiar, perto de Castelo Rodrigo.

S. João de Tarouca foi, de resto, a primeira fundação da Ordem em Portugal, directamente filiada desde 1144 na Abadia de Claraval.

Historiadores há – *Grandes Enigmas da História de Portugal*, coord. Miguel Sanches de Baêna e Paulo Alexandre Loução – que defendem, até, que Portugal foi um projecto templário patrocinado por Bernardo de Claraval.

Mas, em nome da verdade ou das mitologias medievais, é incontornável a importância de Cister na fundação, povoamento e organização de Portugal durante toda a Dinastia Borgonhesa e, depois, culturalmente, através da Escola de Alcobaça.



Ruínas do Mosteiro de S. João de Tarouca



II

**AS CANTIGAS
COMO DOCUMENTO LITERÁRIO
(como os Cancioneiros Medievais)**